

O Congresso quer negociar com o governo

24 JUN 1993

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

O interesse dos partidos políticos em realizar, sem traumas, a campanha presidencial do ano que vem está produzindo uma singular oportunidade política para o governo Itamar Franco executar seu novo programa econômico, acham líderes de diferentes facções do Congresso Nacional.

A partir de uma análise da pauta de votações da Câmara e do Senado, concluíram que o governo, no entanto, está desperdiçando tempo, por falta de empenho nas negociações com o Legislativo para acelerar decisões vitais ao início efetivo — e imediato — de seu programa econômico.

Exemplificam com o atraso no projeto de lei de rolagem de US\$ 18,5 bilhões de dívidas contratuais dos estados e municípios com bancos federais e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Esse projeto, junto com o recém-aprovado que regulamenta o Imposto Provi-



Tasso Jereissati

sório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), é considerado essencial à etapa de implantação do programa econômico governamental.

Porém está parado no Congresso, onde começou a tramitar há mais de cem dias, por falta de um acordo sobre o percentual da receita líquida corrente que estados e municípios devem reservar, mensalmente, para saldar seus débitos com a União.

O PMDB e o PFL identificaram, a partir da aprovação do novo imposto, a chance política de um acordo imediato com o governo sobre a "rolagem" das dívidas estaduais e municipais. Pretende-se uma regra para os próximos 24 meses, cobrindo aquilo que resta do mandato dos atuais governadores estaduais, e a imposição de uma revisão, logo depois.

Em tese, a aprovação do projeto pode ocorrer em paralelo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) antes do recesso parlamentar, marcado para 10 de julho.

"Está todo mundo de olho na sucessão", observa Tasso Jereissati, presidente do PSDB, partido a que pertence o ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda. Acrescenta: "Criou-se o consenso de que a campanha presidencial deve acontecer sem perturbações maiores, por isso há, agora, uma real disposição de se dar ao governo Itamar Franco um mínimo de equilíbrio na economia".

Ontem, em São Paulo, o presidente do PSDB foi falar com Luiz Inácio Lula da Silva, líder e candidato do Partido dos Trabalhadores à sucessão presidencial. Saiu do encontro surpreso: "Pensei que o PT ia partir para uma oposição sistemática, mas o Lula me disse que não é isso; eles estão na oposição, mas se dispõem a ajudar". Lula confirma.

Acumulam-se evidências de que tais interesses partidários na sucessão

(Continua na página 6)

A Caixa Econômica Federal (CEF) está solicitando ao Conselho Monetário Nacional (CMN) que lhe conceda o regime de "excepcionalidade" para elaborar o seu balanço de contas de 1992 e 1993. A CEF, junto com BASA, Banespa, BNB e BNDES, conseguiu esse privilégio em 1991. O CMN fará uma reunião plenária na semana que vem, dia 29, para dar seqüência a medidas do novo programa econômico. O Banco Central vai propor uma espécie de "alívio" aos bancos estatais carregados com créditos em atraso.

(Ver páginas 24 e 25)

GOVERNO

24 JUN 1993

O Congresso quer negociar com o

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

começaram a se refletir, de forma decisiva, no placar de votações da Câmara e do Senado.

No final da tarde de ontem, apenas 24 horas depois de 77% dos deputados garantirem ao governo o IPMF que ele julgava essencial, registrou-se uma cena raríssima na Câmara: 99,5% dos parlamentares presentes votaram pela aprovação de um projeto fixando reajuste bimestral dos salários e 3% de aumento real para o salário mínimo. Foram 383 votos a favor, 2 contra e uma abstenção.

O que, aparentemente, seria um gesto de rebeldia do Legislativo, pois o governo insistia em não negociar, transformou-se numa manobra política: "Aprovamos para obrigar o governo a vir negociar, com uma proposta inteligente", resumiu o deputado Antônio Delfim Netto (PPR), um dos opositoristas que comandaram a aprovação.

Essas gestões, agora, serão feitas no Senado, onde o governo tem maioria. E partem da premissa de que o problema central do governo com esse reajuste, o impacto nas contas da Previdência Social, devem ser tratadas à parte — como indicou o deputado Amaury Müller, líder do PDT.

É tudo parte do jogo de campanha presidencial. Se não houver acordo entre o Legislativo e o governo, o projeto pode até vir a ser aprovado. Mas com a chance, já dada, para ser vetado na íntegra pelo presidente da República, um dos poucos políticos, hoje, que não podem sonhar com uma candidatura na eleição do próximo ano.

"A única coisa que não podemos fazer é não fazer nada diante de uma inflação mensal de 30%", explicava Genebaldo Correa, líder do PMDB. "Se tem alguém que não pode se queixar é o governo", acrescenta-

tava Gustavo Krause, do PFL.

"O que está faltando mesmo", continuou Krause, "é vontade do governo em vir ao Congresso e resolver todas essas pendências que são cruciais ao seu programa. Apoio ele tem. O IPMF demonstrou isso; está sendo chamado de 'IPFL' porque 52 deputados desse partido, que é de oposição, decidiram votar a favor do governo e contra o líder do partido. Eu fui um deles." Ontem, Krause, o primeiro ministro da Fazenda de Itamar, foi um dos dois únicos a votar contra o reajuste bimestral dos salários, como queria o governo.

É real essa disposição para algum tipo de entendimento, às vésperas da sucessão presidencial, afirma outro influente líder político, o governador paulista Luiz Antônio Fleury Filho. "Precisamos 'virar o disco' e discutir a crise do País", comentou, ontem, no Rio. "Minha posição é que o PMDB deve apoiar o Plano Fernando Henrique Cardoso e contribuir da melhor maneira para que as coisas corram bem", disse ao repórter Fernando Paulino Neto.

Na visão de dois deputados e ex-ministros da Fazenda, como Delfim Netto e Gustavo Krause, isso significa dar as condições práticas ao governo, no âmbito do Congresso, de começar um acordo de contas públicas para, logo, passar à segunda fase — a de medidas "duras".

"Elas são uma questão de tempo, e vão ser na direção convencional, pois não há muito o que fazer. Sinceramente, não vejo como fazer alguma coisa fora disso", diz Delfim Netto. "Está mais do que claro que essa inflação de 30% não pode ficar aí por muito mais tempo e, também, que ela só vai cair com medidas realmente duras. Acho que o ministro da Fazenda só está esperando um mínimo de consentimento político para adotá-las", concluiu Krause.